

MEMÓRIAS E ACERVO DO CDPEC: FORMAÇÃO CONTINUADA E PERSPECTIVAS PLURAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

CDPEC MEMORIES AND COLLECTION: CONTINUOUS TRAINING AND PLURAL PERSPECTIVES IN HISTORY TEACHING

Luana Maraisa Barbosa Diniz¹⁹,
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

Radamés Vieira Nunes²⁰,
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

Área temática: Educação

Agência de fomento: Financiamento Interno – PROEC (Programa de Bolsas e de Voluntariado de Extensão e Cultura (PROBEC/PROVEC) 2020/2021 – Edital PROEC-UFCAT nº01/2020)

Resumo: O CDPEC – Centro de Documentação e Pesquisa de Catalão, possui acervo de fontes úteis para pesquisa e ensino de história, bem como para os estudos de outras áreas do conhecimento. De forma remota o projeto de extensão apresentou o CDPEC para estudantes do ensino básico com o objetivo principal de explicar o ofício do historiador. Apesar da pandemia o projeto conseguiu produzir e socializar conhecimento, além de semear possibilidades de novas interações entre universidade e comunidade geral.

Palavras-Chave: *Ensino de História; Documentação; Arquivo Permanente*

Abstract: The CDPEC - Documentation and Research Center of Catalão, has a collection of useful sources for research and history teaching, as well as for studies in other knowledge areas. The project remotely presented the CDPEC to basic education students with the main objective of explaining the historian's craft. Despite the pandemic, the project managed to produce and socialize knowledge, as well as sowing possibilities for new interactions between the university and the general community.

Keywords: *History teaching; Documentation; Permanent File*

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão pretendeu abrir o CDPEC – Centro de Documentação e Pesquisa de Catalão – para estudantes do ensino básico com o objetivo de explicar o ofício do historiador, facilitar o acesso aos documentos e oferecer um curso de formação continuada para professores. Mesmo durante a pandemia, ele colocou em prática a troca de conhecimento científica entre docentes e enriqueceu a experiência dos graduandos e da comunidade externa.

Segundo Durval Muniz (2009, p.21) o ofício do historiador é semelhante ao do tecelão pois

¹⁹ Graduanda de História e Bolsista do Projeto de Extensão. E-mail: llunaabarbosa@gmail.com

²⁰ Professor Doutor de História e Coordenador/Orientador do Projeto de Extensão. E-mail: radamesnunes@ufcat.edu.br

exige paciência; o processo de elaboração das narrativas é longo e repleto de lacunas.

A formação do historiador tem que ter uma dimensão prática, tem que ser tomada como o que me parece ser o aprendizado de uma arte, de um artesanato, o aprendizado de um saber fazer que exige treinamento, realização e repetição de tarefas [...]. A historiografia exige o exercitar da imaginação, da capacidade de estabelecer conexões entre os estilhaços do passado, de preencher as lacunas entre os eventos, [...] de intuir articulações naquilo que só nos chega em pedaços.

Deste modo, o trabalho dentro do centro de documentação visa atribuir sentido ao passado, ao mesmo tempo em que ressignificamos o presente.

Consoante ao pensamento de Marc Bloch (2001), as fontes não falam por si só, é preciso fazer as perguntas certas aos documentos; aliar a descoberta dos fatos históricos com a capacidade de interpretação e crítica das fontes, observando os não-ditos e o grau de interferência do historiador, desde a seleção documental até a análise; é preciso considerar as experiências humanas no tempo assim como a transmissão de saberes científicos ao senso comum.

A consciência histórica solidifica a memória conforme nossa percepção, e a maneira como lembramos reverbera nas narrativas (RÜSEN, 2011), sendo assim, o Ensino de História pautado nos resultados das pesquisas documentais contribui para a boa formação da memória individual e coletiva (HALBWACHS, 2006).

Percebemos então que a memória é viva e se altera de acordo com a experiência humana enquanto que a história lida com o passado se atendo as transformações do tempo, refletindo os contextos. Portanto, a função do historiador é também política pois em meio a disputa de narrativas guiada principalmente pelas elites, ele orienta e testemunha, transmitindo os acontecimentos, resistindo aos apagamentos e lutando por reparações históricas.

[...] testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos [...] também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro [...] somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p.57)

Sabendo do papel do historiador e da relação entre memória, história e narrativa, o professor do ensino básico se encontra no desafio de equilibrar o saber teórico e a prática. Dessa forma mediamos a relação entre documento histórico e sala de aula, cedemos espaço para a prática de pesquisa das fontes e aumentamos o interesse dos alunos do ensino fundamental. Para tanto foi preciso saber um pouco mais sobre os Centros de Documentação e indicar sua relação com a educação.

SOBRE OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Os centros de documentação surgiram no século XX sob a influência de alguns fatores como por exemplo a mudança do conceito de documento defendida pela Escola dos Annales, a globalização e a revolução digital.

A partir da década de 1970 os CEDOCs ganharam maior expressão nas universidades

A criação desses Centros de Documentação nas universidades foi incentivada, em sua maioria, pela Política Nacional de Cultura (BRASIL, 1975), proposta pelo Ministério da Educação e Cultura, na gestão do Ministro Ney Aminthas de Barros Braga, em 1975. As diretrizes desta política foram publicadas neste mesmo ano (BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, 1975). Além desta iniciativa, outras de ordem governamental, tais como a estruturação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), colaboraram para o surgimento desses primeiros Centros de Documentação. Soma-se a esse contexto a inexistência, nesta época, de políticas públicas e, mais sentidamente, de uma legislação que estabelecesse uma política nacional de arquivos públicos e privados, que contemplasse a gestão e a preservação do patrimônio documental do Estado e da sociedade. Tal situação indicava uma ausência de consciência e de vontade política por parte do poder público, que se eximia de salvaguardar parte da documentação que ele próprio gerou. (MAESIMA, 2012, p.333/334)

Dessa forma, durante a ditadura os CEDOCs se desenvolveram enquanto arquivo documental, mas tinham caráter mais administrativo por causa da censura contra a resistência, composta por alunos e professores ligados aos movimentos sociais, e da falta de interesse por parte da elite universitária em elaborar críticas sociais a partir da análise factual.

A tecnificação do ensino proposta pela reforma do Ensino Superior (Lei 5540/68), reduzia propositalmente a abordagem das ciências humanas sob a justificativa de criar mão-de-obra “útil” para a sociedade. Segundo Marinho (2019, p.3)

[...] criação de uma mão-de-obra especializada, o capital humano, pronta para a vinda das multinacionais no âmbito da expansão capitalista americana, bem como, a incorporação naquelas que já estavam instaladas no país; a contenção de gastos governamentais, através da expansão das faculdades isoladas ou privadas, redução de unidades acadêmicas e administrativas, e de funções e cargos.

Com a autonomia comprometida, os cursos de humanas e de história em particular, sofreram tentativas de esvaziamento, portanto qualquer aprofundamento histórico principalmente com a ajuda dos CEDOCs tornou-se subversivo.

E, dentre aqueles que eram contrárias ao regime, objetivamente estariam comungando com a ação das “idéias comunistas” no âmbito universitário, dando origem ao AI-1 com a operação limpeza, banindo os que contestavam o regime. (MARINHO, 2019, p. 3)

Após a ditadura, os CEDOCs vinculados as universidades, beneficiaram a pesquisa pela liberdade científica e proximidade do pesquisador, ampliaram a preservação de documentos históricos, possibilitaram o trato da história dos vencidos (LÖWY, 2002), fomentaram o aprendizado dos

universitários que agora também pertenciam a classe baixa e aceleraram o processo de salvaguarda pois temiam um blackout de dados com a chegada da internet em 1988.

Simultaneamente, o acelerado processo de transformação da sociedade, ocasionado pelas incessantes inovações tecnológicas, ameaça constantemente apagar os sinais, ainda existentes, de um passado vivido em comum. Sinais materializados que se constituem em documentos. Documentos que atestam e esperam a questão da história, para se monumentalizar.

Esse temor faz com que se multipliquem as casas de memória, arquivos, museus, centros de documentação, bibliotecas e similares, o que pode até, representar uma reprodução dos lugares de memória, a um nível paroxístico (NORA apud MENEZES, 1992, p. 21). (MAESIMA, 2012, 335).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo a pandemia influenciando a forma de trabalho, conseguimos desenvolver a parte teórica. Acreditamos que a base teórica, aliada aos contatos estabelecidos com as escolas, professores e alunos contribuirá para a possível continuidade desse projeto em questão, visto que há muitos documentos a serem selecionados, higienizados e principalmente digitalizados e expostos fisicamente numa visitação presencial pós-pandemia.

Sobretudo, o projeto socializou o conhecimento histórico produzido na universidade ao passo em que coletou experiências das professoras do ensino regular e construiu laços com os alunos. Esse contato foi extremamente importante para nós estudantes, para as escolas, para a universidade e para o curso história.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BZUNECK, J. A.; BORUCHOVITCH, E.; GUIMARÃES, S. E. R. Como motivar os alunos: sugestões práticas. In: **Motivação para aprender: Aplicações no contexto educativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 13-42.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: 34, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JÚNIOR, D. M. A. **Tecendo histórias: Espaço, política e identidade**. Salvador: Edufba, 2009.
- LÖWY, M. **A filosofia da história de Walter Benjamin**. Estudos Avançados, [S. l.], v.16, n.45, p.199-206, 01 ago. 2002. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9877> > Acesso em: 5 mar. 2021.
- MAESIMA, C. **De centro de documentação à lugar de memória**. UFRN, 2012. Disponível em < <http://edufn.ufrn.br/bitstream/123456789/835/1/DE%20CENTRO%20DE%20DOCUMENTA%c3%87%c3%83O%20A%20LUGAR%20DE%20MEMORIA.%20Polifonia%20foi%20patrim%c3%b4nio.%20CASAGRANDE%2c%20Zuleide%20de%20Paula%20et%20all.2012.pdf> > Acesso em: 5 mar. 2021.

MARINHO, R. R. **O silenciamento da universidade no regime da ditadura militar.** In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís. São Luís: UFMA, 2019.

RÜSEN, J. **O ensino de História.** In: SHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende de. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica e narrativa histórica – fundamentos, tipos, razão. Curitiba: UFPR, 2011.